Recurso n° 62/2002

Data: 13 de Novembro de 2003

- Assuntos: - Processo Civil
- Matéria de facto
 - Modificação da decisão do Colectivo
 - Alterabilidade da especificação
 - Contradição entre os factos assentes
 - Novo julgamento

Sumário

1. O julgamento do colectivo do Tribunal *a quo* pode ser modificado ou anulado quando se encontram situações previstas no artigo 712º, hoje o artigo 629º, do Código de Processo Civil, nomeadamente quando repute contraditórias as respostas aos quesitos formulados.
2. Aos factos opostos alegados pelas partes contrárias que reportam as mesmas coisas, podendo embora inseridos ao mesmo tempo no questionário, já não se podem ser consignados ao mesmo tempo como facticidade assente, muito menos pode, tendo ficado um deles na especificação, quesitar o outro.
3. Caso o Tribunal ficasse obrigado a quesitar esta matéria, implica-se que estava verificados factos articulados controvertidos e que se impedia de levá-lo para a especificação.

4. O artigo 712º, hoje artigo 629º, do Código de Processo Civil, ao permitir a anulação do Acórdão do colectivo para a formação de quesitos novos, pressupõe a necessidade de apuramento de factos materiais, articulados pela parte, controvertidos e relevantes para a decisão.
5. A fixação da especificação e do questionário, com ou sem reclamação, com ou sem recurso do despacho proferido sobre a reclamação, não conduz a caso julgado formal, podendo a selecção da matéria de facto então feita ser posteriormente modificada, nomeadamente por via de recurso e quando se verifica situação em que assim permite fazer.

O Relator,

Choi Mou Pan

Recurso nº 62/2002

Recorrentes: A

B

Recorridas: As mesmas

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da

R.A.E.M. :

A, com sede em Macau, na Rua do XXX, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel de Macau sob o nº. 1.578, a fls. 15 do livro C5, propôs, junto do então Tribunal de Competência Genérica (Tribunal Judicial de Base) a acção declarativa de condenação com processo ordinário contra B, com sede em Macau, na Avenida XX, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel de Macau sob o nº 3.369, a fls. 124 verso do livro C9, pedindo que a Ré seja condenada a:

- Pagar à A. A quantia de HKD\$28,344,930.71 a título do preço da cessão da posição contratual;

- Pagar à A. a quantia de HKD\$8,966,395.35 a título de juros legais vencidos até 31 de Julho de 1995;

- Pagar à A. Os juros entretanto vencidos e os vencidos, até ao integral pagamento da dívida, tudo à taxa legal;

- Pagar custas, selos e procuradoria condigna.

A ré contestou e pediu a absolvição dos pedidos.

Realizada a audiência de julgamento, foi dado pelo Tribunal Colectivo assente a seguinte factualidade:

1. Por escritura de 16 de Dezembro de 1980, lavrada a fls. 4 e segs. Do livro de notas nº 185 do notariado privativo da Direcção dos Serviços de Finanças, o Governo de Macau concedeu à C, por arrendamento e com dispensa de hasta pública, um terreno com a área de 43,800 m² sito na ilha da Taipa, destinado à edificação de um complexo de natureza habitacional, comercial e industrial.
2. Por acordo celebrado aos 16 de Abril de 1984, a concessionária, C, associou-se à ora A. no que respeita ao desenvolvimento da obras da Fase I, composta por 4 blocos de habitação e silo de estacionamento, designados por A1, A2, A3 e A4, do empreendimento imobiliário que levava a cabo no identificado terreno, designado por "Jardins de XX".

3. Por esse contrato, a A. responsabilizou-se pelo desenvolvimento da Fase I do empreendimento perante a referida C, bem como pela obtenção de financiamento, realização das obras e comercialização dos imóveis.
4. Os preços seriam, porém, fixados por acordo das partes.
5. A área útil global do objecto do referido contrato era de aproximadamente 200.000 pés quadrados.
6. A título de prestação a pagar pela A. à C, ficou acordado o preço de HK\$40,00 por cada pé quadrado de área útil.
7. Por acordo celebrado a 1 de Julho de 1991 entre a A. e a Ré, a primeira cedeu e a segunda adquiriu o direito de construir o segundo módulo da já referida Fase I dos Jardins de XX (i.e. os blocos A3 e A4) que à primeira pertencia por força do Contrato celebrado aos 16 de Abril de 1984 com a C.
8. A Ré, por esse acordo, responsabilizou-se pelos custos e despesas com o desenvolvimento do referido segundo módulo da Fase I dos “Jardins de XX”, incluindo os decorrentes das obras de infraestruturas e de construção dos imóveis, as despesas com técnicos profissionais e outras necessárias ao desenvolvimento do empreendimento, bem como pelo financiamento do empreendimento, responsabilizando-se ainda a Ré pela venda das fracções e dos lugares de estacionamento após a conclusão.

9. Nesse mesmo acordo, comprometeu-se a Ré a pagar à A. uma contrapartida (preço da cessão) no valor de HKD\$32,000,000.00 da seguinte maneira:
 - a) Na data da assinatura do acordo (1 de Julho de 1991), HKD\$19,000,000.00;
 - b) Os restantes HKD\$13,000,000.00 seriam pagos em quatro prestações trimestrais de HKD\$3,250,000.00, vencendo-se a primeira 90 dias após a assinatura do acordo.
10. As prestações trimestrais vencer-se-iam, assim, em 29/09/91 (1^a), 28/12/91 (2^a), 28/03/92 (3^a) e 26/06/92 (4^a).
11. No mesmo dia 1 de Julho de 1991 foi assinado um segundo acordo entre a A. e a Ré, desta feita com a intervenção também da C, no qual ficou acordado que as obras correspondentes aos blocos A3 e A4 (2^o módulo da Fase 1) seriam executadas pela Ré.
12. Ficou ainda acordado que a Ré pagaria à A. todos os custos extra já pagos pela primeira e relativos ao desenvolvimento dos blocos A3 e A4 dos “Jardins de XX”, custos esses que foram incluídos no preço da cessão.
13. A Autora é uma sociedade constituída em 1983, com capital social de cem mil patacas, que hoje se mantém, e apenas dois sócios D, também conhecido por DD, e sua mulher E, que são também os seus únicos gerentes.

14. A A. por diversas vezes que interpelou a Ré para pagar a quantia de HKD\$28,344,930.7, mas sempre sem sucesso, pois que esta se recusou sempre a tal pagamento.
15. A Ré era uma sociedade onde o Sr. D (presidente do Conselho de Administração da empresa concessionária e sócio da A.), possuía interesses através de interpostas pessoas.
16. Embora não aparecesse formalmente como sócio ou gerente.
17. E detinha amplos poderes, sendo nomeadamente uma das pessoas autorizadas a movimentar contas bancárias de Ré.
18. Também era e é sócio da Ré o Sr. F que é o principal sócio da “G” contratada pela autora para proceder à construção.
19. A G foi a empresa que de facto construiu os blocos A1 e A2 da fase I do complexo urbanístico denominado Jardins de XX.
20. Empresa também de quem tanto a autora como o Sr. DD tinha recebido diversos montantes pelos mais diversos motivos.
21. Em 19/11/88 a autora prometeu vender à empresa construtora G a totalidade das fracções autónomas e lugares de estacionamento das torres A1 e A2, pelo preço de HKD\$28,596,480.00.
22. A autora e a G celebraram nessa data dois contratos, um de promessa de compra e venda, pelo preço de HKD\$28,596,480.00.

23. E outro de consultadoria, a prestar pela autora, pelo valor HKD\$1,403,520.00.
24. A G pagou em 19/11/88 à autora a quantia de HKD\$500,000.00.
25. Em 15/12/88 a G pagou à autora a quantia de HKD\$929,824.00.
26. Em 06/01/89 a G pagou à autora a quantia de HKD\$1,429,824.00.
27. Esta quantias foram pagas por conta de venda das fracções dos blocos A1 e A2.
28. Em 18/01/89 a G pagou à autora a quantia de HKD\$700,000.00.
29. Em 02/03/89 a G pagou à autora a quantia de HKD\$1,760.00.
30. Em 02/03/89 a G pagou à autora a quantia de HKD\$701,760.00.
31. Estas quantias correspondem ao montante convencionado no contrato de consultadoria acima mencionado.
32. G emitiu 2 cheques ao portador em 03/02389 nas quantias de HKD\$724,893.33 e HKD\$694,893.33.
33. O próprio DD pedira à G as quantias de HKD\$4,000,000.00 e HKD\$1,800,000.00 que veio a receber, em 29/08/90 e 13/10/90 respectivamente.

34. Havia ainda dívidas da autora à G relativamente a construção dos blocos A1 e A2 e diversos, em montante não apurado.
35. Com o contrato celebrado pela autora com a Ré em 1 de Julho de 1991, a autora cedeu à Ré os direitos de que mesma dispunha para com a concessionária C.
36. Provado o que consta da resposta ao quesito 9º. (*Nesse mesmo acordo, comprometeu-se a Ré a pagar à A. uma contrapartida (preço da cessão) no valor de HKD\$32,000,000.00 da seguinte maneira:*
- a) *Na data da assinatura do acordo (1 de Julho de 1991), HKD\$19,000,000.00;*
 - b) *Os restantes HKD\$13,000,000.00 seriam pagos em quatro prestações trimestrais de HKD\$3,250,000.00, vencendo-se a primeira 90 dias após a assinatura do acordo.)*
37. O preço que a G pagar pela aquisição dos blocos A1 e A2 constituía um crédito da B sobre a autora.
38. Crédito que a somar aos demais créditos de que a G dispunha sobre a autora, totalizando o montante de HKD\$19,000,000.00, foi pela Autora e pela Ré considerado pago na data de celebração do contrato.
39. A aquisição por parte da Ré dos direitos adquiridos pela autora em face da concessionária pressupunha que se transferissem para a Ré as receitas cobradas pela

concessionária C e provenientes dos preços pagos pelos promitentes compradores.

40. Dado que a concessionária havia vendido todos os blocos A1, A2, A3 e A4 à autora.
41. Parte desses preços em montante não apurado continuou ainda na posse da C, pelo que haveria, posteriormente, que ser deduzir desta quantia o remanescente do preço.
42. O que se efectuou com o acordo da autora.

O Mm^o Juiz-Presidente elaborou a sentença e decidiu:

- Absolver a Ré do pagamento de HKD15.344.930,71;
- Da parte restante, em relação ao pedido, ou seja, relativamente aos restantes HKD13.000.000,00, condenar a ré no que se vier a liquidar em execução de sentença, quantia acrescida dos juros vencidos e vincendos à taxa legal desde as datas consideradas em II. 9 supra.

Custas pelo A. na parte em que a Ré foi absolvida do pedido. Na parte restante, custas a meias, a compensar com o que se apurar em sede de liquidação.

Por não conformarem com a decisão, recorreram ambas as partes, que alegaram, respectivamente o seguinte:

Recurso da autora

- 1.^a A Recorrente nunca deu quitação do pagamento da quantia de HKD28,344,930.71, devidos por conta do preço do contrato de 1 de Julho de 1991;
- 2.^a A compensação, como forma de extinção de obrigações, pressupõe a existência de duas pessoas que sejam reciprocamente credor e devedor, nos termos do disposto no artigo 847.º, n.º1, do Código Civil de 1966.
- 3.^a As quantias pagas à Recorrente pela G, por força do contrato-promessa de compra e venda datado de 19 de Novembro de 1988 referente aos blocos A1 e A2 não constituíam créditos da Recorrida sobre a Recorrente.
- 4.^a Nenhum pagamento foi nos autos provado que tivesse sido feito pela Recorrida à Recorrente e que respeitasse ao preço devido pela Recorrida por força do contrato de 1 de Julho de 1991.
- 5.^a A Recorrida não logrou fazer a prova da ocorrência de qualquer causa de extinção da sua obrigação de pagamento.
- 6.^a A resposta dada ao quesito 24.º deve ser dada como não escrita, por contrariar expressamente matéria provada por documento particular assinado pelas partes e que, nos termos do disposto no artigo 376.º, n.º 1, do Código Civil de 1966, conforme impõe o artigo 646.º, n.º 4, do Código de Processo Civil de 1961.

- 7.^a Os contratos de 1 de Julho de 1991 apenas dispõem sobre os blocos A1 e A2, excluindo os blocos A3 e A4.
- 8.^a A resposta dada aos quesitos 27.º e 28.º deve se considerada não escrita, por conter matéria conclusiva e de direito, conforme impõe o artigo 646.º, n.º 4, do Código de Processo Civil de 1961.
- 9.^a Os contratos de 1 de Julho de 1991 não constituíram a Recorrente na obrigação de pagamento de qualquer quantia à Recorrida.
- 10.^a Incumbia à Recorrida fazer a alegação e prova da existência de causas extintivas do direito da Recorrente, por força do disposto no artigo 342.º, n.º 2, do Código Civil de 1966, o que não logrou fazer.
- 11.^a A sentença recorrida fez, assim, uma errada aplicação das normas contidas nos artigos 342.º, n.º 2 e 376.º, n.º 1, do Código Civil de 1966 e no artigo 646.º, n.º 4, do Código de Processo Civil de 1961, actualmente artigo 549.º, n.º 4, do Código de Processo Civil de 1999.

Pede que seja julgado procedente o recurso, revogando-se a sentença recorrida e condenando-se a Recorrida nos pedidos formulados na petição inicial, salvo no que respeita ao pagamento do remanescente de HKD13,000,000.00, ao qual deverão ser subtraídos os montantes retidos pela concessionária C pela venda das fracções dos blocos A3 e A4.

Recurso da ré

A ré apresentou duas peças, uma, por considerar ser segunda recorrente e apresentando por cautela, as contra-alegações junto com as alegações do recurso, e outra, dizendo respeito apenas às contra-alegações ao recurso da autora.

Na primeira peça, disse que:

1. Na presente acção, a A, ora Recorrida, veio reclamar da B, ora Recorrente, o pagamento da quantia de HK\$28.344.930,71, correspondente a uma parte do preço acordado no contrato cessão que aquelas sociedades celebraram em 1.7.1991.
2. Através deste contrato, a Recorrida cedeu, e a Recorrente adquiriu, o direito de construir o segundo módulo da Fase I dos “Jardins de XX” (blocos A3 e A4) que à primeira pertencia por força de um contrato anteriormente celebrado com a concessionária do respectivo terreno, a C, nos termos do qual a Recorrida adquiriu os direitos relativos a toda a Fase I do mesmo empreendimento (blocos A1, A2, A3 e A4).
3. Nos termos do contrato que celebraram, a Recorrente e a Recorrida acordaram que o preço da cessão, devido pela primeira, seria de HK\$32.000.000,00.
4. Apreciando e decidindo o litígio, o Meritíssimo Juiz *a quo* concluiu que a Recorrente e a Recorrida consideraram, na

própria data de celebração do contrato de cessão, que foi paga a quantia de HK\$19.000.000,00 por conta do preço, condenando a Recorrente, quanto ao remanescente, a pagar aquilo que se vier a liquidar em execução de sentença.

5. Contudo, em face da matéria dada como provada, afigura-se à Recorrente que o Meritíssimo Juiz *a quo* também deveria ter considerado que já foi pago o remanescente do preço em falta, pelo que o presente recurso tem apenas por objecto aquela parte da sentença recorrida que a condenou no que se vier a liquidar posteriormente.
6. Com efeito, ficou provado nesta acção que com o contrato celebrado entre a ora Recorrida e a ora Recorrente, em 1.7.1991, a primeira cedeu à segunda, não só os direitos relativos aos blocos A3 e A4, mas também os direitos de que a mesma dispunha para com a concessionária C, relativos aos blocos A1 e A2 (cfr. Resposta ao quesito 24º).
7. Por outro lado, provou-se também que a aquisição por parte da B, ora Recorrente, dos direitos adquiridos pela A, ora Recorrida, em face da concessionária C pressupunha que se transferissem para a B as receitas cobradas pela C e provenientes dos preços pagos pelos promitentes compradores, dado que a concessionária havia vendido todos os blocos A1, A2, A3 e A4 à A (resposta aos quesitos 29º e 30º).

8. Mais ainda, provou-se que parte desses preços em montante não apurado continuou ainda na posse da C, pelo que haveria, posteriormente, que se deduzir desta quantia o remanescente do preço, o que se efectuou com o acordo da A, ora Recorrida (resposta aos quesitos 31º e 32º).
9. Ora, apesar de não ser ter provado o montante efectivo das quantias ainda na posse da C, a verdade é que tal prova é irrelevante, pois provou-se que a essas quantias foi efectivamente deduzido o remanescente do preço, o que pressupõe, necessariamente, que o valor daquelas era superior a este último.
10. Assim, ao contrário do que defende a sentença recorrida, das respostas aos quesitos 31º e 32º (decalcados dos artigos 51º e 52º da petição inicial, respectivamente), resulta claramente que houve um acordo das partes no sentido de que o remanescente do preço da cessão *seria* deduzido às quantias retidas pela C o que *na realidade* veio posteriormente a suceder.
11. Ora, tais factos (o acordo e a posterior efectiva dedução) permitem, só por si, concluir com toda a segurança que a Recorrida nada deve mais à Recorrente, pelo que aquela deveria ter sido absolvida do pagamento de qualquer quantia.
12. Assim não entendeu, contudo, o Meritíssimo Juiz *a quo* que decidiu condenar a ora Recorrente no que se vier a liquidar em

execução de sentença, fazendo apelo, para tanto, ao disposto no nº2 do artigo 661º do Código de Processo Civil de 1961.

13. Esta disposição transpõe para o plano processual a regra contida no nº2 do artigo 564º do Código Civil de 1966, segundo a qual, se no momento da condenação os danos não forem determináveis, a fixação da correspondente indemnização será remetida para decisão ulterior.
14. Porém, conforme os ensinamentos da doutrina e jurisprudência, para que o Tribunal, ao abrigo das referidas disposições legais, possa condenar na quantia que se apurar em liquidação tem de ter a certeza da verificação de danos e da responsabilidade de Réu pela sua indemnização, embora desconheça a sua real extensão.
15. E, note-se, que esse desconhecimento deve ser consequência, não do fracasso na prova de factos que sucederam e foram alegados, mas, antes, da situação de, à data da condenação, apesar de estar provada a existência de danos não se terem ainda verificado todos os factos ou elementos necessários para apurar o seu montante.
16. Sucede que, a sentença recorrida concluiu não haver certeza quanto à verificação dos danos sofridos pela Recorrida, já que expressamente reconheceu que, em resultado da liquidação, poderá vir-se a apurar um resultado negativo, correspondente à inexistência de danos sofridos por aquela.

17. Consequentemente, na ausência dessa certeza, estava o Tribunal impedido de condenar a Recorrente no que se liquidar em execução de sentença, pelo que, tendo-o feito por não ver “outra solução mais justa”, violou o disposto no artigos 661º, nº2 do Código de Processo Civil e nos artigos 564º, nº2, 4º e 8º do Código Civil.
18. Por último, esclareça-se que o acordo entre a Recorrente e a Recorrida, pelo qual aquelas aceitaram compensar o crédito de que a primeira era titular (relativo às receitas cobradas pela C) com o crédito da segunda (correspondente ao preço da cessão), nada tem de absurdo ou ilegal, consubstanciando uma compensação contratual, reconhecida pela doutrina e expressamente admitida à luz do princípio da autonomia privada e dos artigos 405º e 406º do Código Civil de 1966.
19. Termos em que, deve o presente recurso ser julgada procedente e, em consequência, ser alterada a parte da sentença recorrida que condenou a Recorrente a pagar aquilo que se liquidar em execução de sentença, sendo substituída por outra que considere que foi pago pela Recorrente também o remanescente do preço da cessão.

E do recurso da contraparte, ambas contra-alegou:

Na peça autónoma, contra-alegou a ré que:

1. A decisão do Meritíssimo Juiz a quo de absolver a Ré “B”, ora Recorrida, do pagamento da quantia de HK\$15.344.930,71, por

conta da 1ª prestação fixada no contrato de cessão, celebrado em 1.7.1991, com a Autora “A”, ora Recorrente (primeira parte da sentença recorrida), não assentou, como a Recorrente alega, em qualquer declaração de quitação por parte desta vertida no próprio contrato.

2. Decisivo para aquela mesma decisão foi antes, o facto dado como provado pelo Tribunal Colectivo (cfr. resposta aos quesitos 27º e 28º) de que as partes, na própria data da celebração daquele contrato consideraram paga a quantia de HK\$19.000.000,00, correspondente à totalidade da 1ª prestação ali prevista, sendo apenas nesse sentido que a sentença recorrida fala em “quitação”.
3. Tal acordo das partes é, com efeito, só por si suficiente para fundamentar a conclusão vertida na sentença recorrida de que a obrigação da Recorrida de pagamento da primeira prestação por conta do preço se extinguiu na mesma data.
4. Porém, esclarecendo o que estava subjacente a esse acordo, o Tribunal Colectivo deu ainda como provado que através daquele contrato de cessão celebrado em 1.7.1991, a Recorrida adquiriu os direitos de desenvolvimento, incluindo o de receber as respectivas receitas, dos blocos A1, A2, A3 e A4 do empreendimento “Jardins de XX” que, por seu turno lhe haviam sido conferidos pela concessionária do respectivo terreno, a “C” (resposta ao quesito 24º)

5. Provou-se ainda que tendo a Recorrente “A” prometido vender à empresa construtora “G” a totalidade das fracções autónomas e lugares de estacionamento dos blocos A1 e aA2 (resposta ao quesito 9º), o preço que esta pagar pela aquisição desses blocos constituía um crédito da Recorrida “B” (resposta ao quesito 26º).
6. Na verdade, todas as quantias geradas pela venda dos blocos, quer as retidas pela concessionária “C” (cfr. respostas aos quesitos 29º a 31º), quer as recebidas pela Recorrente (da “G”), constituíam créditos da Recorrida, não graças a um “passe de mágica”, mas precisamente por força do contrato de cessão celebrado com a Recorrente.
7. Por outro lado, provou-se ainda que a construtora “G” detinha créditos sobre a Recorrente (resposta ao quesito 23º), cujo valor, somado com o preço da promessa já pago, totalizava a quantia de HK\$19.000.000,00 (cfr. resposta ao quesito 27º).
8. Ou seja, o Tribunal Colectivo deu como provado não só a existência de créditos a favor da Recorrente, da Recorrida e da “G”, mas também que as partes acordaram no sentido da sua recíproca compensação, pelo que não há qualquer contradição entre a resposta dada aos quesitos 27º e 28º e as respostas dadas aos restantes quesitos.
9. É também falso que a resposta aos quesitos 27º e 28º encerra em si qualquer conclusão ou matéria de direito, pois, ao

contrário do alegado pela Recorrente, nela não se aponta para qualquer “estado de espírito das partes”, mas apenas para o acordo das mesmas quanto à compensação de créditos recíprocos que ficaram provados, o que constitui, evidentemente, matéria factual.

10. Foi o Tribunal Singular, e não o Tribunal Colectivo “cujas competências a Recorrente confunde” quem, por aplicação do direito aos factos provados, concluiu, por se preencherem os respectivos pressupostos, ter havido uma compensação de créditos, pelo que considerou extinta a obrigação de pagamento da quantia de HK\$19.000.000,00 por parte da Recorrida.
11. Também ao contrário do alegado pela Recorrente, a resposta dada pelo douto Acórdão que julgou a matéria de facto ao quesito 24º está em total conformidade com a vasta prova produzida ao longo dos autos, desde logo com o teor do contrato de cessão celebrado unicamente entre aquela e a Recorrida, em 1.7.1991 (e que constitui o Doc. 5 junto com a petição inicial).
12. Com efeito, enquanto que as cláusulas 1ª e 2ª do referido contrato referem-se expressamente ao 2º módulo da fase 1ª dos “Jardins de XX” (isto é, blocos A3 e A4), a cláusula 4ª, pelo qual se transmite o direito às receitas, reporta-se globalmente aos “prédios e construções”, sendo que aquele contrato

assentou expressamente no pressuposto de que “a A tem direito a desenvolver a 1ª fase da construção dos Jardins de Lisboa, o que inclui 4 torres de habitação” (alínea a) do contrato).

13. Por outro lado, a Recorrida pagou efectivamente o preço devido pelo direito do desenvolvimento dos quatro blocos, já que nos termos da cláusula 5ª, e atentos os pressupostos das alíneas a) e b) do contrato, o preço aí estipulado inclui todos os direitos de que a Recorrente “A” era titular até à data da celebração do contrato.
14. Assim, conclui-se que bem andou o Tribunal Colectivo ao dar como provado que a Recorrente, através do contrato que celebrou com a Recorrida, em 1.7.1991, cedeu-lhe todos os direitos que dispunha perante a concessionária, incluindo o de receber as receitas da vendas dos blocos A1 e A2 (quesito 24º).
15. Bem andou também o Meritíssimo Juiz *a quo* ao considerar, por aplicação do direito aos factos provados, extinta a obrigação da Recorrida do pagamento da primeira prestação, por conta da preço, prevista no contrato, absolvendo-a, dessa parte do pedido.
16. Quanto ao remanescente do preço, no valor de HK\$13.000.000,00, sobre o qual se pronunciou a segunda parte da sentença recorrida, tendo ficado provado que o contrato de cessão celebrado entre a Recorrente e a Recorrida se reporta aos quatro blocos da Fase | dos “Jardins de XX”, não faz

qualquer sentido pretender, como a Recorrente pretende, que a Recorrida fosse condenada a pagar a referida quantia, apenas subtraída dos montantes retidos pela “C”, pela venda dos blocos A3 e A4.

Contra-alegações da autora, disse-se apenas que:

1. O recurso interposto pela ré, constitui um exemplo acabado de litigância de má fé;
2. A sentença recorrida não enferma do vício que olhe assaca a ré.

Pede julgar improcedente o recurso interposto pela ré e manter-se a decisão.

Foram colhidos os vistos legais dos Mm^{os} Juizes-Adjuntos

Cumpre-se decidir.

Da matéria de facto, foi dada assente a seguinte factualidade, que se elenca em ordem das três relações contratuais sucessivas e interligadas:

I. Relação entre a autora e a C

- A Autora é uma sociedade constituída em 1983, com capital social de cem mil patacas, que hoje se mantém, e apenas dois

sócios D, também conhecido por DD, e sua mulher E, que são também os seus únicos gerentes (*nº 13 dos factos provados*) .

- Por escritura de 16 de Dezembro de 1980, lavrada a fls. 4 e segs. do livro de notas nº 185 do notariado privativo da Direcção dos Serviços de Finanças, o Governo de Macau concedeu à C, por arrendamento e com dispensa de hasta pública, um terreno com a área de 43,800 m² sito na ilha da Taipa, destinado à edificação de um complexo de natureza habitacional, comercial e industrial (*nº 1 dos factos provados*) .
- Por acordo celebrado aos 16 de Abril de 1984, a concessionária, C, associou-se à ora A. no que respeita ao desenvolvimento da obras da Fase I, composta por 4 blocos de habitação e silo de estacionamento, designados por A1, A2, A3 e A4, do empreendimento imobiliário que levava a cabo no identificado terreno, designado por “Jardins de XX” (*nº 2 dos factos provados*) .
- Por esse contrato, a A. responsabilizou-se pelo desenvolvimento da Fase I do empreendimento perante a referida C, bem como pela obtenção de financiamento, realização das obras e comercialização dos imóveis (*nº 3 dos factos provados*) .
- ... a concessionária havia vendido todos os blocos A1, A2, A3 e A4 à autora. (*4º dos factos provados*)
- Os preços seriam, porém, fixados por acordo das partes (*nº 4 dos factos provados*) .

- A área útil global do objecto do referido contrato era de aproximadamente 200.000 pés quadrados (*5º dos factos provados*).
- A título de prestação a pagar pela A. à C, ficou acordado o preço de HK\$40,00 por cada pé quadrado de área útil (*6º dos factos provados*).

II. Relação entre Autora e a G

- A G foi a empresa também de quem tanto a autora como o Sr. DD tinha recebido diversos montantes pelos mais diversos motivos (*20º dos factos provados*), e empresa de facto construiu os blocos A1 e A2 da fase I do complexo urbanístico denominado Jardins de XX (*19º dos factos provados*). Em 19/11/88 a autora prometeu vender à empresa construtora G a totalidade das fracções autónomas e lugares de estacionamento das torres A1 e A2, pelo preço de HKD\$28,596,480.00 (*21º dos factos provados*) .
- A autora e a G celebraram nessa data dois contratos, um de promessa de compra e venda, pelo preço de HKD\$28,596,480.00 (*22º dos factos provados*) e outro de consultadoria, a prestar pela autora, pelo valor HKD\$1,403,520.00 (*23º dos factos provados*) .
- A G pagou à autora
 - i. por conta de venda das fracções dos blocos A1 e A2. (*27º dos factos provados*)

- a) Em 19/11/88 a quantia de HKD\$500,000.00 (*24º dos factos provados*)
 - b) Em 15/12/88 a quantia de HKD\$929,824.00 (*25º dos factos provados*)
 - c) Em 06/01/89 a quantia de HKD\$1,429,824.00 (*26º dos factos provados*)
- ii. E correspondente ao montante convencionado no contrato de consultadoria acima mencionado (*31º dos factos provados*):
- a) Em 18/01/89 a quantia de HKD\$700,000.00. (*28º dos factos provados*)
 - b) Em 02/03/89 a quantia de HKD\$1,760.00. (*29º dos factos provados*)
 - c) Em 02/03/89 a quantia de HKD\$701,760.00. (*30º dos factos provados*)
- G emitiu 2 cheques ao portador em 03/02/89 nas quantias de HKD\$724,893.33 e HKD\$694,893.33. (*32º dos factos provados*)
 - O próprio DD pediu à G as quantias de HKD\$4,000,000.00 e HKD\$1,800,000.00 que veio a receber, em 29/08/90 e 13/10/90 respectivamente. (*33º dos factos provados*)
 - Havia ainda dívidas da autora à G relativamente a construção dos blocos A1 e A2 e diversos, em montante não apurado. (*34º dos factos provados*)

III. Relação entre a autora e a ré

- A Ré era uma sociedade onde o Sr. D (presidente do Conselho de Administração da empresa concessionária e sócio da A.), embora não aparecesse formalmente como sócio ou gerente (*16º dos factos provados*), possuía interesses através de interpostas pessoas (*15º dos factos provados*) e detinha amplos poderes, sendo nomeadamente uma das pessoas autorizadas a movimentar contas bancárias de Ré. (*17º dos factos provados*) Também era e é sócio da Ré o Sr. F que é o principal sócio da “G” contratada pela autora para proceder à construção. (*18º dos factos provados*)
- Por acordo celebrado a 1 de Julho de 1991 entre a A. e a Ré, a primeira cedeu e a segunda adquiriu o direito de construir o segundo módulo da já referida Fase I dos Jardins de XX (i.e. os blocos A3 e A4) que à primeira pertencia por força do Contrato celebrado aos 16 de Abril de 1984 com a C. (*7º dos factos provados*)
- A Ré, por esse acordo, responsabilizou-se pelos custos e despesas com o desenvolvimento do referido segundo módulo da Fase I dos “Jardins de XX”, incluindo os decorrentes das obras de infraestruturas e de construção dos imóveis, as despesas com técnicos profissionais e outras necessárias ao desenvolvimento do empreendimento, bem como pelo financiamento do empreendimento, responsabilizando-se ainda

a Ré pela venda das fracções e dos lugares de estacionamento após a conclusão. *(8º dos factos provados)*

- Nesse mesmo acordo, comprometeu-se a Ré a pagar à A. uma contrapartida (preço da cessão) no valor de HKD\$32,000,000.00 da seguinte maneira:

- a) Na data da assinatura do acordo (1 de Julho de 1991), HKD\$19,000,000.00;

- b) Os restantes HKD\$13,000,000.00 seriam pagos em quatro prestações trimestrais de HKD\$3,250,000.00, vencendo-se a primeira 90 dias após a assinatura do acordo (*nº 9 dos factos provados*), prestações trimestrais que se venceriam, em 29/09/91 (1ª), 28/12/91 (2ª), 28/03/92 (3ª) e 26/06/92 (4ª). (*nº 10 dos factos provados*).

- No mesmo dia 1 de Julho de 1991 foi assinado um segundo acordo entre a A. e a Ré, desta feita com a intervenção também da C, no qual ficou acordado:

- que as obras correspondentes aos blocos A3 e A4 (2º módulo da Fase 1) seriam executadas pela Ré. *(11º dos factos provados)*

- que a Ré pagaria à A. todos os custos extra já pagos pela primeira e relativos ao desenvolvimento dos blocos A3 e A4 dos “Jardins de XX”, custos esses que foram incluídos no preço da cessão. *(12º dos factos provados)*

- Com o contrato celebrado pela autora com a Ré em 1 de Julho de 1991, a autora cedeu à Ré os direitos de que mesma dispunha para com a concessionária C. *(35º dos factos provados)*
- O preço que a G pagar pela aquisição dos blocos A1 e A2 constituía um crédito da B sobre a autora *(37º dos factos provados)*, crédito que a somar aos demais créditos de que a G dispunha sobre a autora, totalizando o montante de HKD\$19,000,000.00, foi pela Autora e pela Ré considerado pago na data de celebração do contrato. *(38º dos factos provados)*
- A aquisição por parte da Ré dos direitos adquiridos pela autora em face da concessionária pressupunha que se transferissem para a Ré as receitas cobradas pela concessionária C e provenientes dos preços pagos pelos promitentes compradores. *(39º dos factos provados)* [Dado que a concessionária havia vendido todos os blocos A1, A2, A3 e A4 à autora. *(40º dos factos provados)*].
- Parte desses preços em montante não apurado continuou ainda na posse da C, pelo que haveria, posteriormente, que ser deduzir desta quantia o remanescente do preço. *(41º dos factos provados)*
- O que se efectuou com o acordo da autora. *(42º dos factos provados)*
- A A. por diversas vezes que interpelou a Ré para pagar a quantia de HKD\$28,344,930.7, mas sempre sem sucesso, pois

que esta se recusou sempre a tal pagamento. (14º dos factos provados)

Conhecendo.

Como se sabe este Tribunal de recurso julga tanto a matéria de facto como também matéria de direito, nos termos do artigo 39º da Lei de 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária).

Pode o Tribunal de recurso modificar ou anular o julgamento do colectivo do Tribunal *a quo* nos termos do artigo 712º do Código de Processo Civil de 1961, hoje o artigo 629º do Código de Processo Civil de 1999.

Da matéria de facto acima citada, verifica-se efectivamente existir factos contraditórios, contradição esta que consiste na consignação de dois grupos de factos incompatíveis, um é o facto provado nº 7 (correspondente à Especificação al. G), outro é composto pelos factos provados nºs 35º, 37º e 38º (correspondentes às respostas aos quesitos nºs 24º, 26º 27º e 28º) nomeadamente entre os números 7º, 35º e 37º dos factos provados (correspondente à Especificação al. G) e respostas aos quesitos nºs 24º e 26º), ou seja os seguintes factos:

“- Por acordo celebrado a 1 de Julho de 1991 entre a A. e a Ré, a primeira cedeu e a segunda adquiriu o direito de construir o segundo módulo da já referida Fase I dos Jardins de XX (i.e. os

blocos A3 e A4) que à primeira pertença por força do Contrato celebrado aos 16 de Abril de 1984 com a C.

- Com o contrato celebrado pela autora com a Ré em 1 de Julho de 1991, a autora cedeu à Ré os direitos de que mesma dispunha para com a concessionária C
- O preço que a G pagar pela aquisição dos blocos A1 e A2 constituía **um crédito** da B sobre a autora.” (sub. nosso)

O que acontece é que, em primeiro lugar, o Colectivo deu como provado simultaneamente factos contraditórios respectivamente alegados pelas autora e ré.

Resulta dos autos que pela autora foi pedido a condenação da ré a pagar a dívida para com a autora a título de contrapartida (preço de cessão) em consequência da cessão do direito de construir tão só o segundo modulo da fase I dos Jardins de XX, especificamente referindo “i.e. os blocos A3 e A4”.

Foi isto consignado na Especificação alínea G), correspondente ao facto provado nº 7.

Pela ré, foi defendido que a autora cedeu à ré “direitos de que mesma dispunha para com a concessionária C e que acordara em transmitir à G (artigos 41º e 42º da contestação).

Para tal, tendo sido questionados os nºs 24, 26, 27 e 28, aos quais o Colectivo deu respostas positivas, que corresponde ao facto provados nº 35, 37 e 38.

Eram factos que reportam os alegados controversos das partes contrárias, e os mesmos não se podem ser consignados ao mesmo tempo como facticidade assente.

Pois, da especificação al. G), resulta que, pelo contrato de 1 de Julho de 1991, a autora A cedeu à ré B o “**direito de construir**” dos prédios de Blocos A3 e A4.

Mas da resposta ao quesito nº 24, resulta que, pelo mesmo contrato, a autora cedeu à ré “**os direitos de que mesma dispunha para com a concessionária C**”. E das respostas aos quesitos nºs 26, 27 e 28, resulta que “o preço que a G pagar pela aquisição dos blocos A1 e A2 constituía um crédito da B sobre a autora”, “crédito que a somar aos demais créditos de que a C dispunha sobre a autora, totalizando o montante ...”.

Estas respostas do Tribunal Colectivo, pelo seu teor da decisão, não podem deixar de serem contraditórias com a Especificação G).

Certo é que perante esta matéria de facto, não se pode tomar uma decisão de direito líquida e com segurança e certeza, nomeadamente na delimitação dos direitos que foram efectivamente cedidos.

Não só não se sabe se “os direitos de que a autora dispunha para com a C” correspondiam ao “direito de construir”, como não se sabe se “os direitos de que a autora dispunha para com a C” eram outros direitos,

para além do “direito de construir”, porque ambos refereram “pelo contrato de 1 de Julho de 1991”.

Digamos, por isso, existe, contradição entre estes factos, pois do mesmo objecto resultaram-se realidades diferentes.

Por outro lado, a decisão constantes nestas respostas ficaram também incompatíveis com outros factos provados, nomeadamente, com o seguinte que resultou dos outros factos provados:

- Tendo a Companhia de C associado com a autora (A) para o desenvolvimento da Fase I do Complexo de Jardim XX, fase esta que é composta por quatro blocos de edifícios: A1, A2, A3 e A4; (*nº 2 dos factos provados*).
- No decurso de construção (efectuada pela autora A), a autora prometeu a vender os blocos A1 e A2 à G, quem de facto construiu estes dois blocos. Relativamente à esta construção, resultou dívidas da autora à G em montante não apurado; (*nºs 19, 21 e 34 dos factos provados*).
- Depois a autora (A) e a ré B assinaram um contrato de cessão da posição contratual pelo qual a autora cedeu à ré o direito de construir os blocos A3 e A4 da fase I acima referida, e assinaram outro contrato, no mesmo dia, mas com a intervenção da concessionária C, em conformidade com este último (*nºs 11 e 12 dos factos provados*):

- Todos os encargos com as obras de fundações e super-estruturas dos blocos A1 e A2 são da responsabilidade exclusiva de A;
- As obras de construção dos blocos A3 e A4 passarão a ser executadas pela B. A C não tem obrigação de pagar qualquer indemnização à A;
- Os pagamentos adiantados pela A, que não sejam para as obras dos blocos A1 e A2, serão reembolsados pela B. A C não tem obrigação de reembolsá-los.

Podemos dizer que o último contrato é considerado como um contrato de “ratificação” do cedido, que constitui uma condição para obter a eficácia a cessão da posição contratual.

Obviamente conforme estes factos provados, podemos ver tanto que os blocos A1 e A2 não tinham sido objecto do mesmo contrato de cessão referido na resposta ao quesito nº 24º e na especificação al. G), porque, como disse o contrato “As obras de construção dos blocos A1 e A2 foram completamente concluídas”. (fl. 37 e a versão chinesa em fl. 36), como que os créditos e dívidas resultantes da construção do blocos A1 e A2 cedida pela C não podiam ser objecto da mesma cessão entre autora e ré, e só os pagamentos adiantados pela A que não sejam para as obras dos blocos A1 e A2 deviam ser reembolsados pela B, o cessionária do contrato de cessão em causa (de 1/7/91), pois, também como disse o contrato de fl. 36, “Todos os encargos com as obras de fundações e super-estruturas dos blocos A1 e A2 são da responsabilidade exclusiva de A”.

O que é mais importante é que esta limitação do objecto da cessão da posição contratual se encontra no segundo contrato de 1/7/1991, **entre as partes do presente caso e a Companhia C**, no qual esta C, concessionária dos terrenos, fez a ratificação (consentimento posterior) da cessão da posição contratual que tinha como objecto parcial do contrato-base. Pois, como já se sabe, a cessão só é válida quando a parte cedida consinta.¹

O que aconteceu é que, perante os articulados contravertidos, uma vez já se ficou na especificação um, não faz qualquer sentido quesitar os outros, muito menos venha a dar como provados os mesmos, ou por outra palavra, caso o Tribunal ficasse obrigado a quesitar esta matéria, implicar-se-ia que estavam verificados factos articulados controvertidos e que se impedia de levá-los para a especificação.

Pelo que, verificando contradição da matéria de facto, pode o Tribunal de Recurso alterá-la caso conste dos autos dos “elementos de prova que serviram de base à resposta” (nº 1 al. a) do artigo 712º do CPC de 1961, hoje, do artigo 629º do CPC de 1999), nomeadamente de prova documental.

Porém, não sabemos com que base é que o Colectivo formar a sua convicção ao responder os quesitos nº 24º, 26º, 27º e 28º (correspondente aos factos provados nº 35, 27 e 38), nem dos autos constam elementos de prova com força probatória plena que permite tomar uma decisão da

¹ Vide o acórdão do S. T. J., de 3 de Março de 1967, anot. por Vaz Serra, na *Rev. de Leg. e de Jur.*, ano 111.º, pág. 35.

matéria de facto, devendo, assim, baixar à primeira instância para sanar este vício.

Como se sabe, o artigo 712º, hoje artigo 629º, do Código de Processo Civil, ao permitir a anulação do Acórdão do colectivo para a formação de quesitos novos, pressupõe a necessidade de apuramento de factos materiais, articulados pela parte, controvertidos e relevantes para a decisão.²

Por outro lado, a fixação da especificação e do questionário, com ou sem reclamação, não conduz a caso julgado formal que obste à posterior modificação,³ e bem assim a fixação da especificação e do questionário, com ou sem reclamação, com ou sem recurso do despacho proferido sobre a reclamação, não conduz a caso julgado formal, podendo a selecção da matéria de facto então feita ser posteriormente modificada.⁴

O que implica é que, tendo em conta a contradição entre os referidos factos na especificação e no questionário, impõe-se novo julgamento sobre aquela matéria de facto proferindo-se nova decisão de direito em conformidade.

Decidida esta, fica prejudicada a apreciação das restantes questões.

Ponderado resta decidir.

² Abílio Neto, Código de Processo Civil anotado, 15ª edição, p. 975.

³ Cfr. Abílio Neto, Código de Processo Civil anotado 10ª Edição, p. 415 a 416, onde se citaram o Acórdão do STJ de Portugal de 3 de Fevereiro de 1981, os acórdãos da R.P. de 2 de Março de 1978 e de 29 de Março de 1979 e o Acórdão de R.C. de 3 de Abril de 1979.

⁴ Cfr. Abílio Neto, Código de Processo Civil anotado 10ª Edição, p. 416, onde se citaram o Acórdão do STJ de Portugal de 6 de Outubro de 1981.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em anular o julgamento da matéria de facto nos exactos termos acima consignados.

Custas pelo vencido a final.

Macau, aos 13 de Novembro de 2003

Choi Mou Pan (Relator)

José Maria Dias Azedo

Lai Kin Hong (com declaração de voto)

Recurso nº 62/2002

Declaração de voto

Subscrevo o Acórdão antecedente no sentido de anular a parte da decisão de facto do Acórdão recorrido e consequentemente determinar a repetição do julgamento na parte viciada da matéria de facto e prolacção da nova sentença de acordo o resultado do novo julgamento.

O que não posso concordar é com a não especificação pelo presente Acórdão dos quesitos sobre os quais irá debruçar-se o Tribunal *a quo* no novo julgamento.

Pois, a fim de permitir ao Tribunal *a quo* no novo julgamento dar execução ao que foi ordenado pelo presente Acórdão e dar cumprimento ao disposto no artº 629º/4, *in fine* do CPC, entendo que este Tribunal *ad quem* não pode deixar de **especificar e elencar expressamente na parte dispositiva do presente Acórdão os quesitos**, a ser tirados a partir dos articulados, e sobre os quais irá proceder ao novo julgamento.

R.A.E.M., 13NOV2003

O juiz

Lai Kin Hong